



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
REITORIA
PRO REITORIA DE ADMINISTRACAO - REITORIA
DIRETORIA DE LICITACOES E CONTRATOS - DLC - PROAD
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - DEL
DIVISÃO DE SERVIÇOS - DS-DEL

MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO

(COMPRAS/2021)

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO 39/2022

(COMPRAS)

(Processo Administrativo n.º 23832.000077/2022-14)

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de água mineral para atender as demandas da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - Reitoria, seus Anexos I e II, e seus Campi durante a execução de suas atividades administrativas e institucionais.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QUANTIDADE	Participante - Gerência Executiva do INSS em Aracaju/SE	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA (R\$)	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA (R\$)
					Quantidade		
1	Água mineral, 20l, não gasosa, sem vasilhame, oriunda de fonte hipotermal, que apresente regularidade junto ao DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral e certificação conforme NBR 14222:2019. (CAMPUS SOCORRO)	445485	GARRAFÃO 20L	600	-	12,86	7.716,00
2	Água mineral, 20l, não gasosa, com vasilhame, oriunda de fonte hipotermal, que apresente regularidade junto ao DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral e certificação conforme NBR 14222:2019. (CAMPUS SOCORRO)	445485	GARRAFÃO 20L	30	-	28,30	849,00
3	Água mineral, 500 ml, não gasosa, oriunda de fonte hipotermal, que apresente regularidade junto ao DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral (CAMPUS SOCORRO)	445484	PACOTE COM 12 GARRAFAS	25	-	21,84	546,00

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QUANTIDADE	Participante - Gerência Executiva do INSS em Aracaju/SE	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA (R\$)	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA (R\$)
					Quantidade		
4	Água mineral, 20l, não gasosa, sem vasilhame, oriunda de fonte hipotermal, que apresente regularidade junto ao DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral e certificação conforme NBR 14222:2019. (REITORIA, E ANEXOS) e (Gerência Executiva do INSS em Aracaju/SE).	445485	GARRAFÃO 20L	2000	4000	12,86	77.160,00
5	Água mineral, 20l, não gasosa, com vasilhame, oriunda de fonte hipotermal, que apresente regularidade junto ao DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral e certificação conforme NBR 14222:2019. (REITORIA E ANEXOS)	445485	GARRAFÃO 20L	200	-	28,30	5.660,00
6	Água mineral, 20l, não gasosa, sem vasilhame, oriunda de fonte hipotermal, que apresente regularidade junto ao DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral e certificação conforme NBR 14222:2019. (CAMPUS ARACAJU)	445485	GARRAFÃO 20L	2400	-	12,86	30.864,00
7	Água mineral, 20l, não gasosa, com vasilhame, oriunda de fonte hipotermal, que apresente regularidade junto ao DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral e certificação conforme NBR 14222:2019. (CAMPUS ARACAJU)	445485	GARRAFÃO 20L	100	-	28,30	2.830,00
8	Água mineral, 20l, não gasosa, sem vasilhame, oriunda de fonte hipotermal, que apresente regularidade junto ao DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral e certificação conforme NBR 14222:2019. (CAMPUS SÃO CRISTÓVÃO)	445485	GARRAFÃO 20L	800	-	12,86	10.288,00
9	Água mineral, 20l, não gasosa, com vasilhame, oriunda de fonte hipotermal, que apresente regularidade junto ao DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral e certificação conforme NBR 14222:2019. (CAMPUS SÃO CRISTÓVÃO)	445485	GARRAFÃO 20L	50	-	28,30	1.415,00
10	Água mineral, 20l, não gasosa, sem vasilhame, oriunda de fonte hipotermal, que apresente regularidade junto ao DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral e certificação conforme NBR 14222:2019. (CAMPUS ESTÂNCIA)	445485	GARRAFÃO 20L	2000	-	12,86	25.720,00
11	Água mineral, 20l, não gasosa, com vasilhame, oriunda de fonte hipotermal, que apresente regularidade junto ao DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral e certificação conforme NBR 14222:2019. (CAMPUS ESTÂNCIA)	445485	GARRAFÃO 20L	200	-	28,30	5.660,00

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QUANTIDADE	Participante - Gerência Executiva do INSS em Aracaju/SE	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA (R\$)	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA (R\$)
					Quantidade		
12	Água mineral, 20l, não gasosa, sem vasilhame, oriunda de fonte hipotermal, que apresente regularidade junto ao DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral e certificação conforme NBR 14222 de 03/2019. (CAMPUS LAGARTO)	445485	GARRAFÃO 20L	1000	-	12,86	12.860,00
13	Água mineral, 20l, não gasosa, com vasilhame, oriunda de fonte hipotermal, que apresente regularidade junto ao DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral e certificação conforme NBR 14222 de 03/2019. (CAMPUS LAGARTO)	445485	GARRAFÃO 20L	50	-	28,30	1.415,00
14	Água mineral, 20l, não gasosa, sem vasilhame, oriunda de fonte hipotermal, que apresente regularidade junto ao DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral e certificação conforme NBR 14222 de 03/2019. (CAMPUS GLÓRIA)	445485	GARRAFÃO 20L	1800	-	12,86	23.148,00
15	Água mineral, 20l, não gasosa, com vasilhame, oriunda de fonte hipotermal, que apresente regularidade junto ao DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral e certificação conforme NBR 14222 de 03/2019. (CAMPUS GLÓRIA)	445485	GARRAFÃO 20L	150	-	28,30	4.245,00
16	Água mineral, 500 ml, não gasosa, oriunda de fonte hipotermal, que apresente regularidade junto ao DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral. (CAMPUS GLÓRIA)	445484	PACOTE COM 12 GARRAFAS	75	-	21,84	1.638,00
17	Água mineral, 20l, não gasosa, sem vasilhame, oriunda de fonte hipotermal, que apresente regularidade junto ao DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral e certificação conforme NBR 14222 de 03/2019. (CAMPUS PROPRIÁ)	445485	GARRAFÃO 20L	750	-	12,86	9.645,00
18	Água mineral, 20l, não gasosa, com vasilhame, oriunda de fonte hipotermal, que apresente regularidade junto ao DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral e certificação conforme NBR 14222 de 03/2019. (CAMPUS PROPRIÁ)	445485	GARRAFÃO 20L	50	-	28,30	1.415,00
19	Água mineral, 500 ml, não gasosa, oriunda de fonte hipotermal, que apresente regularidade junto ao DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral. (CAMPUS PROPRIÁ)	445484	PACOTE COM 12 GARRAFAS	10	-	21,84	218,40

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QUANTIDADE	Participante - Gerência Executiva do INSS em Aracaju/SE	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA (R\$)	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA (R\$)
					Quantidade		
20	Água mineral, 20l, não gasosa, sem vasilhame, oriunda de fonte hipotermal, que apresente regularidade junto ao DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral e certificação conforme NBR 14222 de 03/2019. (CAMPUS POÇO REDONDO)	445485	GARRAFÃO 20L	650	-	12,86	8.359,00
21	Água mineral, 20l, não gasosa, com vasilhame, oriunda de fonte hipotermal, que apresente regularidade junto ao DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral e certificação conforme NBR 14222 de 03/2019. (CAMPUS POÇO REDONDO)	445485	GARRAFÃO 20L	50	-	28,30	1.415,00
22	Água mineral, 500 ml, não gasosa, oriunda de fonte hipotermal, que apresente regularidade junto ao DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral. (CAMPUS POÇO REDONDO)	445484	PACOTE COM 12 GARRAFAS	30	-	21,84	655,20
23	Água mineral, 20l, não gasosa, sem vasilhame, oriunda de fonte hipotermal, que apresente regularidade junto ao DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral e certificação conforme NBR 14222 de 03/2019. (CAMPUS TOBIAS BARRETO)	445485	GARRAFÃO 20L	900	-	12,86	11.574,00
24	Água mineral, 20l, não gasosa, com vasilhame, oriunda de fonte hipotermal, que apresente regularidade junto ao DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral e certificação conforme NBR 14222 de 03/2019. (CAMPUS TOBIAS BARRETO)	445485	GARRAFÃO 20L	100	-	28,30	2.830,00
25	Água mineral, 500 ml, não gasosa, oriunda de fonte hipotermal, que apresente regularidade junto ao DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral. (CAMPUS TOBIAS BARRETO)	445484	PACOTE COM 12 GARRAFAS	25	-	21,84	546,00
26	Água mineral, 20l, não gasosa, sem vasilhame, oriunda de fonte hipotermal, que apresente regularidade junto ao DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral e certificação conforme NBR 14222 de 03/2019. (CAMPUS ITABAIANA)	445485	GARRAFÃO 20L	1400	-	12,86	18.004,00
27	Água mineral, 20l, não gasosa, com vasilhame, oriunda de fonte hipotermal, que apresente regularidade junto ao DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral e certificação conforme NBR 14222 de 03/2019. (CAMPUS ITABAIANA)	445485	GARRAFÃO 20L	300	-	28,30	8.490,00

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QUANTIDADE	Participante - Gerência Executiva do INSS em Aracaju/SE Quantidade	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA (R\$)	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA (R\$)
28	Água mineral, 500 ml, não gasosa, oriunda de fonte hipotermal, que apresente regularidade junto ao DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral. (CAMPUS ITABAIANA)	445484	PACOTE COM 12 GARRAFAS	50	-	21,84	1.092,00
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO							276.257,60

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão (s) e entidade (s) participante (s).

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	Água mineral, 20l, não gasosa, sem vasilhame.	GARRAFÃO 20L	20	600	600
2	Água mineral, 20l, não gasosa, com vasilhame.	GARRAFÃO 20L	20	30	30
3	Água mineral, 500 ml, não gasosa.	PACOTE COM 12 GARRAFAS	10	25	25
4	Água mineral, 20l, não gasosa, sem vasilhame.	GARRAFÃO 20L	100	200	2000
5	Água mineral, 20l, não gasosa, com vasilhame.	GARRAFÃO 20L	50	100	200
6	Água mineral, 20l, não gasosa, sem vasilhame.	GARRAFÃO 20L	1	200	2400
7	Água mineral, 20l, não gasosa, com vasilhame.	GARRAFÃO 20L	1	100	100
8	Água mineral, 20l, não gasosa, sem vasilhame.	GARRAFÃO 20L	60	800	800
9	Água mineral, 20l, não gasosa, com vasilhame.	GARRAFÃO 20L	15	50	50
10	Água mineral, 20l, não gasosa, sem vasilhame.	GARRAFÃO 20L	50	2000	2000
11	Água mineral, 20l, não gasosa, com vasilhame.	GARRAFÃO 20L	50	200	200
12	Água mineral, 20l, não gasosa, sem vasilhame.	GARRAFÃO 20L	100	1000	1000
13	Água mineral, 20l, não gasosa, com vasilhame.	GARRAFÃO 20L	5	50	50
14	Água mineral, 20l, não gasosa, sem vasilhame.	GARRAFÃO 20L	30	100	1800
15	Água mineral, 20l, não gasosa, com vasilhame.	GARRAFÃO 20L	15	150	150
16	Água mineral, 500 ml, não gasosa.	PACOTE COM 12 GARRAFAS	10	75	75
17	Água mineral, 20l, não gasosa, sem vasilhame.	GARRAFÃO 20L	20	750	750
18	Água mineral, 20l, não gasosa, com vasilhame.	GARRAFÃO 20L	10	50	50

19	Água mineral, 500 ml, não gasosa.	PACOTE COM 12 GARRAFAS	2	10	10
20	Água mineral, 20l, não gasosa, sem vasilhame.	GARRAFÃO 20L	100	650	650
21	Água mineral, 20l, não gasosa, com vasilhame.	GARRAFÃO 20L	25	50	50
22	Água mineral, 500 ml, não gasosa.	PACOTE COM 12 GARRAFAS	15	30	30
23	Água mineral, 20l, não gasosa, sem vasilhame.	GARRAFÃO 20L	50	300	900
24	Água mineral, 20l, não gasosa, com vasilhame.	GARRAFÃO 20L	50	100	100
25	Água mineral, 500 ml, não gasosa.	PACOTE COM 12 GARRAFAS	5	25	25
26	Água mineral, 20l, não gasosa, sem vasilhame.	GARRAFÃO 20L	80	1400	1400
27	Água mineral, 20l, não gasosa, com vasilhame.	GARRAFÃO 20L	100	300	300
28	Água mineral, 500 ml, não gasosa.	PACOTE COM 12 GARRAFAS	25	50	50

1.2. (SUPRESSÃO).

1.3. (SUPRESSÃO).

1.4. (SUPRESSÃO).

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do termo contratual.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A aquisição de água mineral justifica-se face ao objetivo de suprir as demandas da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - Reitoria, e seus Anexos I e II, e seus *Campi* durante a execução de suas atividades administrativas e institucionais.

2.1.1. A água mineral natural, não gasosa e potável é um produto necessário no abastecimento dos bebedouros existentes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - Reitoria, seus Anexos I e II, e seus *Campi*, assim como a água em garrafas de 500 ml é necessário para uso em reuniões e eventos realizados no âmbito desta instituição, conforme estimativa de consumo e a descrição detalhada.

2.1.2. A licitação será feita por itens para os diferentes Campi tendo em vista as diferentes localidades que influenciará nos preços dos itens, devido aos custos de transporte. Tendo em vista também, que a licitação desta forma poderá minimizar os riscos de a licitação ser deserta.

2.2. Descrição do Material:

2.2.1. Água mineral, 20l, não gasosa, sem vasilhame, oriunda de fonte hipotermal, que apresente regularidade junto ao DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral e certificação conforme NBR 14222 de 03/2019.

2.2.2. Água mineral, 20l, não gasosa, com vasilhame, oriunda de fonte hipotermal, que apresente regularidade junto ao DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral e certificação conforme NBR 14222 de 03/2019.

2.2.3. Água mineral, 500 ml, não gasosa, oriunda de fonte hipotermal, que apresente regularidade junto ao DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral.

2.3. Os quantitativos bem como estimativas de preços foram levantados para cada unidade, da seguinte forma:

2.3.1. Campus Socorro:

Para os quantitativos foi utilizado o histórico de consumo de 2019, levando em consideração a previsão de novo curso com o consequente aumento de demanda. Não foi utilizado o histórico de 2021 em virtude de o mesmo ter sido um ano atípico em decorrência da COVID 19

Estimativas de preços foram levantadas da seguinte forma: Foram utilizadas as Atas nº 47/2021 e 48/2021, Pregão eletrônico SRP nº 19/2021 - UASG 158134.

2.3.2. Reitoria e Anexos:

Quantidade referente ao consumo de 3 prédios (Reitoria, Pós - Graduação e DIPOP), levando-se em consideração que o consumo de água aumentou consideravelmente com o retorno gradual das atividades presenciais.

Destaca-se que ainda existe uma imprevisibilidade no quantitativo, tendo em vista a iminente mudança de prédio da Reitoria e seus anexos, bem como a possibilidade de teletrabalho pelo programa de Gestão do IFS conforme a Instrução Normativa de 30 de julho de 2020.

Estimativas de preços foram levantadas da seguinte forma: Com consulta ao processo mais recente de aquisição de água mineral observando os seguintes artefatos (ata de registro de preço e classificação de proposta).

2.3.3. Campus Aracaju:

Justificativa das quantidades: o quantitativo estimado pelo Campus Aracaju, considerando o ano de 2019.

Estimativas de preços foram levantadas da seguinte forma: Observando o histórico dos planejamentos realizados anteriormente e como os quantitativos atenderam à demanda do Campus.

2.3.4. Campus São Cristóvão:

Justificativa das quantidades: As quantidades foram levantadas de acordo com a demanda de ano anterior, como também, levando em consideração a perspectiva de aumento de demanda por conta do retorno às aulas presenciais no campus São Cristóvão.

Estimativas de preços foram levantadas da seguinte forma: Os preços foram estimados a partir de Ata Vigente, Ata 047/2021.

2.3.5. Campus Estância:

Justificativa das quantidades: Quantidades pedidas de acordo com as últimas atas e também da demanda do Campus.

Estimativas de preços foram levantadas da seguinte forma: O preço foi estimado de acordo com a última ata.

2.3.6. Campus Lagarto:

Justificativa das quantidades: As quantidades foram estimadas com base o consumo do período pré-Pandemia, quando o campus funcionava com servidores em trabalho exclusivamente presencial, e acrescido percentual para atender um possível aumento de demanda.

Estimativas de preços foram levantadas da seguinte forma: Atas SRP nº 47 e 48/2021/Reitoria, oriundas do pregão nº 19/2021, as quais o IFS/Campus Lagarto é participante e estão vigentes para aquisição.

2.3.7. Campus Glória:

Justificativa das quantidades: A quantidade estimada foi realizada com base no histórico de consumo acrescido do percentual de incremento na demanda em virtude da expansão da oferta de cursos bem como no aumento no quadro de servidores e funcionários.

Estimativas de preços foram levantadas da seguinte forma: Os preços de referência são os da Ata de Registro de Preços vigente para esse grupo de material.

2.3.8. Campus Propriá:

Justificativa das quantidades: Através do histórico de consumo da unidade e projeção de demanda crescente considerando a mudança do prédio para a sede definitiva do IFS/Campus Propriá.

Estimativas de preços foram levantadas da seguinte forma: Através de consulta às atas vigentes ARP 47 e 48/2021 do IFS.

2.3.9. Campus Poço Redondo:

Justificativa das quantidades: As quantidades foram levantadas de acordo com a demanda de ano anterior, de Campus com aporte semelhante, como também, levando em consideração a perspectiva entrada em funcionamento do Campus.

Estimativas de preços foram levantadas da seguinte forma: Os preços foram estimados a partir de Ata Vigente, Ata 047/2021.

2.3.10. Campus Tobias Barreto:

Justificativa das quantidades: As quantidades foram obtidas através da estimativa de consumo mensal do item, multiplicado por 12 (meses do ano), com a adição de 25% para adicionar uma margem de segurança, uma vez as aulas presenciais serão iniciadas.

Estimativas de preços foram levantadas da seguinte forma: As estimativas de preço foram obtidas através das atas 47/2021 e 48/2021, ainda vigentes e respaldadas em um relatório recente que atesta a sua vantajosidade.

2.3.11. **Campus Itabaiana:**

Justificativa das quantidades: Os quantitativos são os mesmos da ata do ano anterior, pois, conforme o histórico de consumo de outros anos, a quantidade requisitada se mostra suficiente.

Estimativas de preços foram levantadas da seguinte forma: A estimativa foi levantada com base numa média de preços praticados no mercado.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1. Devem ser seguidos os seguintes critérios de sustentabilidade, no que couber:

5.1.1. Fornecer materiais compostos no todo ou em parte, por **material reciclável, atóxico, biodegradável**, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

5.1.2. **Adicionar os produtos em embalagens compostas se possível por materiais recicláveis.**

5.1.3. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

5.1.4. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

5.1.5. Que os bens sejam, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

5.1.6. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

5.1.7. Utilizar na higienização dos garrafões produtos que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.

5.1.8. Utilizar lacres e rótulos compostos de materiais **recicláveis e/ou biodegradáveis**.

5.1.9. Os itens devem atender às seguintes especificações: água mineral para consumo humano, não gaseificada artificialmente, classificada segundo o Decreto-Lei nº 7.841 de 08 de agosto de 1945 (Código de Águas Minerais), como mineral (art. 1º), acondicionada em garrafão de 20 (vinte) litros, sendo estes retornáveis, uma vez que os vasilhames pertencem a CONTRATANTE.

5.1.10. O envase deve atender às Resoluções RDC nº 274/2005 e 275/2005 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e à Portaria nº 387/2008 do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM.

5.1.11. A comprovação dos critérios acima poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por

instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. O prazo de entrega dos bens é de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da nota de empenho (quando não houver contrato) ou pedido formalizado pela administração (em caso de contratação para fornecimento parcelado), em remessa única, nos seguintes endereços:

6.1.1. IFS Campus Socorro: Avenida Professora Jânia Reis, nº 94, conjunto Marcos Freire II, Nossa Senhora do Socorro/SE.

6.1.2. Instituto Federal de Sergipe – Reitoria: Avenida Jorge Amado, 1551 – Loteamento Garcia Bairro Jardins - Aracaju/Sergipe. CEP.: 49025-330; ANEXO I (DIPOP): Av. Desembargador Maynard, 549, Bairro Suíssa; ANEXO II (CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO DO IFS): Rua Francisco Portugal, 150, Bairro Salgado Filho.

6.1.3. IFS Campus Aracaju: Av. Eng. Gentil Tavares, 1166 - Getúlio Vargas, Aracaju/SE, 49055-260.

6.1.4. IFS Campus São Cristóvão - Rodovia BR 101, Km 96, s/n - Povoado Quissamã, São Cristóvão - SE, CEP 49.100-000.

6.1.5. IFS Campus Estância: Rua João Café Filho, nº 264, Estância/SE, CEP: 49200-000.

6.1.6. IFS Campus Glória: Sede Definitiva: Povoado Piabas, S/N ZONA RURAL, CEP: 49680-000, Nossa Senhora da Glória-SE.

6.1.7. IFS Campus Itabaiana: Av. Padre Airton Gonçalves de Lima, nº 1140, Bairro São Cristóvão, Itabaiana/SE, CEP 49.500-543.

6.1.8. IFS Campus Lagarto: Rua Cauby, nº 523, Bairro Jardim Campo Novo, Lagarto/SE, CEP: 49400-000.

6.1.9. IFS Campus Propriá: BR 101 - S/N Propriá/SE / CEP: 49.900-000

6.1.10. IFS Campus Tobias Barreto: Complexo Habitacional Julieta Barreto de Menezes, SN – Zona de Expansão Ponto de Referência: Entrada da cidade, entre os Conjuntos Agripino I e II. CEP: 49.300-000, Tobias Barreto/SE.

6.1.11. IFS Campus Poço Redondo: Rodovia SE 230, S/N, Poço Redondo/Sergipe.

6.1.12. Gerência Executiva do INSS em Aracaju/SE vinculada a Superintendência Regional Nordeste em Recife/PE - UASG 510677 Av. Ministro Geraldo Barreto Sobral, 1.615, Térreo, bairro Jardins, CEP- 49026-010, Aracaju/SE.

6.2. (SUPRESSÃO)

6.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

7.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo

7.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

8.1.1.1. (SUPRESSÃO)

8.1.1.2. No fornecimento de água, com vasilhames, a contratada deve fornecer garrações com validade mínima de 24 meses a partir da data de entrega.

8.1.1.3. No fornecimento de água, sem vasilhames, a contratada deve fornecer garrações com validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.

8.1.1.4. A Água fornecida em garrações de 20l deverá ter validade mínima de 02 meses, a partir da data de entrega.

8.1.1.5. A Água fornecida em garrafas de 500ml deverá ter validade mínima de 06 meses, a partir da data de entrega.

8.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8.1.7. (Supressão)

8.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993

12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O

prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{100} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

365

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA/IBGE (*Índice de preço ao consumidor amplo*), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta

na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

14.1.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, por tratar-se de compras para pronta entrega, ainda que haja o fracionamento do fornecimento do objeto de acordo com os quantitativos mínimos delimitados.

15. SUPRESSÃO

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- ii) **Multa**:
 - (1) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
 - (2) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- iii) **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- iv) **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- v) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

16.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

16.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

16.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

16.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

16.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

16.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

16.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

17.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

17.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

17.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão

17.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

17.4. (Supressão)

17.5. O critério de julgamento da proposta é o **menor preço por item**.

17.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

18 ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

18.1. *O custo estimado da contratação é de R\$ 276.257,60 (duzentos e setenta e seis mil, duzentos e cinquenta e sete reais e sessenta centavos)*

19 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.1. Não há necessidade de indicação da dotação orçamentária da contratação, em razão da natureza de registro de preços deste certame licitatório.



Documento assinado eletronicamente por **JOSE FRANCO DE AZEVEDO, Diretor(a)**, em 11/05/2022, às 11:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º e art. 12º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **TIAGO MOURA BOMFIM, Coordenador(a)**, em 11/05/2022, às 12:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º e art. 12º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0048344** e o código CRC **51D02650**.